

AS RAÍZES ECONÔMICAS DA IDOLATRIA: A METAFÍSICA DO EMPRESÁRIO

FRANZ HINKELAMMERT

A primeira vista, é certamente surpreendente que se fale de uma metafísica empresarial. Embora essa metafísica exista e seja divulgada por toda parte em nosso mundo burguês, raras vezes ela é percebida como tal. Por vezes, ela aparece como simples descrição da realidade ou então tem a aparência de um conjunto de alegorias. No entanto, ela é onipresente, nela abundando as imagens religiosas, principalmente da tradição cristã. O empresário capitalista é um devoto dessa metafísica, tratando-a como o esqueleto de sua religiosidade. Mesmo quando ele presume não ter nenhuma religiosidade, continua tendo essa metafísica.

A metafísica empresarial é uma metafísica da mercadoria, do dinheiro, do mercado e do capital. Desde o início do mundo burguês que o pensamento burguês teve uma percepção metafísica desses fenômenos e até hoje nunca a perdeu. Ela está presente em toda a ética e moral do empresário capitalista e representa o cerne da legitimidade do poder do capital. Ela se expressa em toda a publicidade da sociedade burguesa, nos jornais e revistas, nos discursos dos políticos e, principalmente, em tudo o que é proclamado por nossos empresários. Paralelamente, há um esforço publicitário gigantesco com o objetivo de transformar constantemente essa metafísica empresarial no sentimento comum de toda a população.

Mas essa metafísica empresarial não se revela somente na publicidade da sociedade burguesa. Ela também se apresenta em seus grandes teóricos. Todos eles apresentam e vivem o mundo das mercadorias, do dinheiro, do mercado e do capital como um grande objeto de devoção, um mundo pseudodivino, que está acima dos homens e lhes dita as suas leis.

O primeiro teórico dessa linha surgiu com os primórdios da sociedade burguesa. Trata-se de Thomas Hobbes, que percebe ser esse sobremundo — a verdadeira natureza — ao mesmo tempo promotor e ameaçador, chamando-o então de Leviatã. O Leviatã é a própria sociedade burguesa. E Hobbes também o chama de “Deus mortal que vive debaixo do Deus eterno” e que expressa sua legitimidade e seu direito absoluto à repressão dos homens na figura do soberano.

Hobbes já constatava que o dinheiro é o sangue desse Leviatã. E, de Hobbes em diante, a engrenagem da sociedade burguesa continuou sendo o grande objeto de devoção da ciência social burguesa. Locke ainda pensava em termos de Leviatã. Hegel já começou a falar de Idéia. Adam Smith introduziu uma importante transformação: o objeto de devoção surge como a “mão invisível” da engrenagem social. No pensamento atual, porém, ocorre uma nova mudança importante: Max Weber complementa a “mão invisível” com sua racionalidade formal, que é a “racionalidade do Ocidente”. Trata-se de uma eterna luta, que é “destino”. Já a Comissão Trilateral o chama de “interdependência”.

Trate-se do Leviatã, da Idéia, da “mão invisível”, do “destino” ou da “interdependência”, sempre aparece no pensamento burguês um objeto central de devoção que se identifica com a engrenagem: mercadoria, dinheiro, mercado e capital. Mudam as formas de expressão e os termos, mas nunca muda o seu conteúdo.

É desse objeto de devoção que o pensamento burguês faz derivar sua ética e sua moral. Os valores e critérios do mercado — legitimados pelo objeto de devoção — aparecem portanto como caminhos da virtude ou, no caso da sua ausência, como caminhos do pecado. Assim, há virtudes do mercado como também há pecados contra o mercado. E também existe uma virtude que é absolutamente central: a humildade. A exigência dessa humildade é submeter-se a esse grande objeto de devoção e nunca se rebelar.

Desse modo, não existe teórico burguês das ciências sociais que não pregue essa virtude central da humildade. Hayek dá apenas uma amostra quando diz: “A orientação básica do verdadeiro individualismo consiste na humildade diante dos procedimentos (do mercado)” (*Indivi-*

dualismus und Wirtschaftliche Ordnung, Zurique, 1952, p. 115). Esse pensamento de devoção é suficientemente grosseiro para unir essas suas virtudes com a grande idéia da recompensa. Ele conhece arrependimentos, retificações e, por fim, a grande recompensa. No mundo pseudomístico no qual se move, a máxima expressão dessa recompensa é o “milagre econômico”, que é considerado como resultado dessa humildade central que dá acesso à liberdade.

A liberdade do pensamento burguês é a contrapartida dessa humildade que aceita o domínio dos mercados por cima de tudo e que, por isso, é considerado primariamente como uma liberdade dos preços. Os homens atuam livremente — à sombra de sua humildade — na medida em que liberam os preços, as empresas e os mercados e submetem-se aos seus indicadores.

A virtude do mercado no pensamento burguês, de fato, outra coisa não é do que a submissão aos indicadores do mercado, podendo por isso estar tão estreitamente vinculada à humildade. O pensamento burguês percebe essa forma de atuação como “o natural” ou, desde Max Weber, como “o racional”. O homem é livre na medida em que o dólar é livre. Essa é a “natureza” burguesa.

O inimigo do burguês é tão metafísico quanto o próprio burguês. O pensamento burguês constrói a imagem desse inimigo por simples inversão daquilo que ele percebe como “natural”. Primeiro, o inimigo do burguês aparece como o grande rebelde que se ergue diante de Deus, que nada mais é do que outra palavra para representar o objeto central de devoção criado pela ideologia burguesa. Por isso, segundo ele, quem se levanta contra a sociedade burguesa está se levantando contra Deus. E ao mesmo tempo está se levantando também contra a “natureza”, que é criação de Deus.

Embora nem sempre sejam empregados termos diretamente religiosos, sempre se usa derivações deles. Trata-se da negação da humildade, tal como o pensamento burguês a entende. Negar a submissão ao mercado e seus indicadores, portanto, constitui o pecado central contra o mercado e a abertura, negação da humildade. E assim surge uma imagem do inimigo da sociedade burguesa que o identifica em qualquer tentativa de oposição ao valor humano central, tal como o burguês o concebe. Desse

modo, sua característica central será a *hibrys*, a soberba e o orgulho.

Enquanto o burguês segue humildemente as virtudes do mercado, dando graças a seu grande objeto de devoção, o inimigo da sociedade burguesa segue soberbamente o caminho dos pecados contra o mercado, sem conhecer arrependimentos nem retificações. Logicamente, o burguês recebe sua recompensa sob a forma do “milagre econômico”, enquanto seu inimigo só produz o caos. E, já que o Senhor do caos chama-se Lúcifer, o inimigo da sociedade burguesa chama-se “utopista”. Ele leva ao “caminho da escravidão” porque nega a liberdade dos preços. Constitui uma perversão da natureza, como a entende o burguês.

É essa dupla metafísica — a da ordem burguesa e a do caos de qualquer alternativa à ordem burguesa — que se encontra na raiz do caráter extremamente violento do pensamento burguês. Aberta ou dissimuladamente, o pensamento burguês traz em si uma ilimitada justificação da violência e da violação dos direitos humanos. O pensamento burguês leva à legitimação mais ilimitada da violação dos direitos humanos em relação a qualquer grupo capaz de substituir a sociedade burguesa. Não há barbaridade que não possa ser cometida em nome dessa metafísica empresarial. Basta ver os tipos de tratamento que Locke recomenda para os adversários da sociedade burguesa. São especialmente três: a tortura, a escravidão e a morte. Isso explica porque, na história humana, não existiu uma legitimação tão descarada da escravidão como a do pensamento liberal de John Locke, nem uma afirmação tão grosseira da violação dos direitos humanos em todos os campos do que a desse autor. Ele considera os opositores como “feras”, “bestas”, “animais selvagens” e recomenda constantemente que sejam tratados como tais.

A partir da imagem metafísica da própria sociedade burguesa e, conseqüentemente, dos seus opositores, a tônica da ação e da ideologia burguesas é sobretudo a afirmação da violação dos direitos humanos desses opositores. A defesa desses direitos humanos nunca foi uma constante; sua proclamação constitui muito mais uma exceção. Por isso, não constitui nenhuma novidade o tratamento que hoje se dá em muitas partes aos adversários da sociedade burguesa. É o tratamento que vem sendo

praticado e recomendado desde Locke, cujas exceções são muito raras.

A seguir, tentaremos demonstrar de que forma essa metafísica empresarial está presente na publicidade comum da atualidade. Evidentemente, essa análise não pode ser completa. Ela não pretende reivindicar representatividade em um sentido estritamente metodológico. De qualquer forma, cremos que essa representatividade não seja necessária, na medida em que os conceitos de que vamos tratar são praticamente onipresentes. Em especial, iremos nos basear em comentários de jornais e revistas, bem como em discursos, tanto de políticos como, especialmente, de empresários.

1. *A empresa capitalista no mundo mercantil*

Visto a partir da perspectiva empresarial, o mundo econômico é extremamente curioso. Todas as mercadorias parecem pequenos diabinhos, que se movem e têm toda espécie de relações entre si. Elas parecem ter todo tipo de comportamento humano. O lugar de seus movimentos é o mercado, especialmente a Bolsa. As mercadorias sobem e baixam, ganham e perdem terreno, vencem e sofrem, dançam e caem. Entre elas aparecem amizades e inimizades, elas se casam e fazem compromissos. Mas, de modo especial, nota-se entre elas uma grande quantidade de conflitos: "O dólar sofreu ontem uma leve baixa... perdeu terreno em outros mercados..."; "Onde terminará a viagem do dólar ladeira abaixo?"; "O dólar entrou num vóo em parafuso..."; "Com a debilidade do dólar americano, o mercado do marco europeu está florescendo...".

E aquilo que se diz do dólar, diz-se de toda mercadoria. O café dança na Bolsa quando ocorre uma geadada no Brasil. O petróleo vence o carvão, o salitre sintético vence o natural. Os produtos eletrônicos japoneses invadem o mercado norte-americano, os vinhos franceses dominam o mercado europeu do vinho. O petróleo venceu o carvão, mas provocou uma crise energética. E a energia atômica corre para nos salvar dessa crise.

O mundo econômico empresarial não é povoado por homens, mas sim por mercadorias. As mercadorias agem

e os homens correm atrás. O sujeito básico desse mundo é uma mercadoria que se move e desenvolve ações sociais. Seguindo-se às mercadorias, aparecem as empresas. Nesse mundo empresarial, as empresas realizam ações que não se devem confundir com ações humanas. Todas as relações sociais que o empresário descobre entre as mercadorias ele volta a descobrir entre as empresas. E ele também não se vê a si mesmo como atuante responsável. Em sua visão, o atuante é a empresa; ele não é mais do que o primeiro servidor dessa empresa.

No entanto, o empresário vê bem explicitamente a guerra na relação social entre as empresas, vendo-se a si mesmo como soldado dessa guerra. Como declarou o presidente da Kaiser Resources Ltd.: "As manufaturas norte-americanas de carvão são velhas companhias, que não fizeram nada de novo em cinquenta anos. Nós as estamos matando" (*Business Week*, 5-12-77, p. 131). E a *Business Week* descreve essa atitude como "marketing superagressivo". Em outra notícia, diz a revista: "A Betamax alcançou um grande êxito. De um só golpe, introduziu os canhões de grosso calibre no negócio" (*Business Week*, 13-3-78, p. 32). Sobre outro tipo de competição, afirma: "Trata-se de táticas terroristas das corporações, uma declaração de guerra" (*Business Week*, 13-3-78, p. 30). também sobre competição: "Nos duramente combatidos mercados do aço, não podem ser impostos preços mais altos. A competição é muito dura... Os japoneses entram na arena com subvenções para as exportações..." (*Die Zeit*, 23-12-77). Ou ainda: "A VEBA luta por seu futuro em duas frentes. No entanto, um acordo... recebeu segunda-feira a bênção do Conselho de Administração da VEBA".

Não se deve imaginar, porém, que tudo é luta. As empresas também se casam, firmam compromissos e, às vezes, até se divorciam. Eis o que se diz sobre o fracasso de um casamento: "...não se conseguiu efetuar o casamento entre as duas empresas, sempre planejado e adiado ao longo de sete anos. No fim, foi decidido dissolver o compromisso daquela Corona-Holding que está acima dos sócios" (*Die Zeit*, 23-12-77).

Assim, a exemplo da mercadoria, a empresa também se transforma em um ente com personalidade própria, que funciona independentemente da vida concreta das

pessoas concretas. Assim como a mercadoria se transforma em sujeito atuante, a empresa também se torna um sujeito ativo. Transforma-se no filho preferido do empresário. Eis o que informa um astrólogo sobre suas relações com empresários:

“(A Astrologia) tem muita saída e um amplo campo de trabalho, já que os conhecimentos do astrólogo podem ser úteis à Medicina, à Sociologia, à Psicologia, às empresas etc. São muitas as empresas que solicitam nossa colaboração quando sua situação é crítica. Nós estudamos sua ata de fundação, levando em conta o dia, o lugar e a hora em que foi assinada. Realizado o exame desses dados, então aconselhamos o que essa empresa deve ou não fazer para alcançar resultados positivos” (*La Crónica*, São Salvador, 22-7-78, p. 6, o grifo é nosso).

A empresa transforma-se em personalidade, que é inclusive jurídica e pede para ser atendida. Assim, não é surpreendente que as empresas também tenham uma moral. É freqüente falar-se de “moral das corporações” ou de “empresas de reconhecida solvência ética” (*La Nación*, 25-5-78, São José da Costa Rica). Não se trata da moral ou ética dos empresários, mas sim do comportamento ético de suas empresas. As regras de boa conduta que alguns querem impor às corporações multinacionais são desse mesmo gênero. Não se põe em dúvida a conduta moral de nenhum empresário, mas sim a conduta das empresas.

É como uma guerra que os empresários percebem e descrevem a relação social mais freqüente entre as mercadorias e entre as empresas. Segundo eles, trata-se de uma guerra sadia e saudável. Não é um *catch as catch can*, mas uma guerra com fins e normas. Por isso, as empresas que não respeitam essas normas são acusadas de serem terroristas: “táticas terroristas das corporações”, como diz a *Business Week*. A guerra se trava entre senhores, entre verdadeiros cavalheiros.

Os empresários, portanto, percebem metas e normas no comportamento de suas empresas. A percepção das metas é uma espécie de exigência, que pode ser muito bem analisada em um discurso do presidente do Banco da Nicarágua publicado em *La Prensa*, 30-4-78, de Maná-

gua. Trata-se de um documento formidável no que se refere à percepção empresarial do surgimento das metas do processo econômico. Falando da história econômica da Nicarágua depois da Segunda Guerra Mundial, diz ele:

“Felizmente, surgiram homens arrojados, sem preconceitos, vigorosos e capazes, que sulcaram a terra inculta e, como *grandes capitães*, dirigiram um inusitado movimento de transformação nacional. Sem o *dinamismo do algodão*, que ao fim de cada calendário branqueia nossos férteis campos, não teríamos conseguido realizar a *mudança de mentalidade* necessária para sacudir a abulia de nossa tranqüila vida pastoril. Acontece que o *cultivo do algodão é um desafio que obriga o produtor* a empregar as técnicas mais avançadas, combater as pragas que podem destruir totalmente as colheitas e procurar a máxima produtividade para obter lucros. *O algodoeiro não pode ser homem de meios termos*. Tem que ser um homem decidido e audaz. Foi por isso que ele constituiu a *base de uma mística produtiva que transmitiu otimismo e fé no futuro*” (*La Prensa*, Manágua, 30-4-78, os grifos são nossos).

Trata-se de um auto-retrato perfeito do empresário capitalista. O verdadeiro ator não é o empresário, mas a mercadoria que ele produz. A mercadoria o solicita com seu “dinamismo do algodão”. E esse dinamismo do algodão constitui “um desafio que obriga o produtor” e produz a “mudança de mentalidade necessária”. Aceitando esse desafio que obriga, os algodoeiros convertem-se em “grandes capitães”, que são “a base de uma mística produtiva que transmitiu otimismo e fé no futuro”.

O empresário — grande capitão e até mesmo general — segue o dinamismo das mercadorias e sabe aceitar o seu desafio. Desse modo, torna-se mais do que um homem de meios termos: decidido e audacioso. A empresa é o âmbito no qual ele responde ao desafio, conduzindo-a. Agindo decidida e audazmente, ele infunde otimismo e fé no futuro. Por essa razão, o empresário sente-se sempre o primeiro servidor de sua empresa, entendendo-a como âmbito de aceitação dos desafios provenientes do dinamismo das mercadorias. Ele nunca se sente como classe dominante ou como senhor. Como grande capitão, ele conduz um barco, que por sua vez é conduzido por uma

força muito maior do que ele: o mercado, seu grande objeto de devoção.

O empresário obedece a essa força maior. E somente essa obediência o transforma em grande empresário. Daí a convicção de todos os empresários de nosso mundo de que são seres humildes por excelência e verdadeiramente exemplares. A própria maximização do lucro apresenta-se para eles como um ato desse serviço, propiciando-lhes a recompensa correspondente à sua devoção. Embora não vá à Igreja, o empresário é um ser profundamente religioso, que anuncia a todo o mundo a sua boa-nova de submissão à engrenagem econômica dos mercados, onde são interpelados por um ser supremo.

É dessas grandes metas, às quais se dedica a serviço de sua empresa, que o empresário vê derivarem suas normas de comportamento. Desse modo, surge a grande ascese do capital, que impregna todo o comportamento empresarial. Essa ascese não é de modo algum uma prerrogativa limitada ao “empresário X puritano”, ao modo de Schumpeter ou Max Weber. O empresário puritano é apenas um caso especial dessa ascese. Trata-se de transformar o próprio empresário e a sociedade inteira de tal forma que eles possam aceitar eficientemente os desafios provenientes do dinamismo das mercadorias. “O mundo dos negócios implanta as suas normas” (*La Nación*, São José da Costa Rica, 1-6-78). E sua norma básica é colocar no centro da vida do empresário essa “mística produtiva”, que não passa de uma expressão fantasmagórica da busca incessante de lucro. Consumindo muito ou pouco o empresário, as normas implantadas pelo mundo dos negócios exigem que ele faça tudo em função de um melhor serviço à sua empresa.

Assim, essa ascese é dura. Ela implica um “empobrecimento total” do empresário como homem concreto para que ele possa se enriquecer como empresário. É um tormento que ele impõe a si mesmo — e à sociedade inteira — em benefício do enriquecimento da empresa, de cujos lucros o empresário participa. Um banqueiro alemão descreve essa ascese do capital em termos perfeitos (e, por isso mesmo, ridículos):

“Um homem de negócios, sobretudo um banqueiro, não deveria ter atividades artísticas. Não deveria

fazer música nem composições, nunca deveria pintar e muito menos ser um poeta. Caso contrário, ele põe a perder a sua boa fama, prejudicando sua empresa e a si mesmo" (*Die Zeit*, 6-1-78).

Essa é a máxima expressão dos tormentos que se impõem a si mesmos em virtude da resposta ao desafio feito à sua empresa pelo dinamismo das mercadorias.

Na verdade, esse tipo de personalidade é muito mais antigo do que a própria sociedade burguesa. São Paulo já a mencionava: "...a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro, por cujo desenfreado desejo alguns se afastaram da fé e a si mesmos se afligem com múltiplos tormentos" (1Tm 6,10). A novidade da sociedade burguesa é que transformou esse tipo de comportamento na própria raiz da sociedade. E, assim, surgiu uma nova metafísica, em torno da qual gira toda a sociedade burguesa.

Ao conjunto de normas segundo as quais forma sua própria personalidade e a da sociedade inteira, o empresário burguês denomina "liberdade". E como todas essas normas derivam do desafio exercido pelo dinamismo das mercadorias, ao qual o empresário quer responder, com a sociedade inteira, a liberdade burguesa também deriva desse fato básico.

Para poder exercer o seu dinamismo, a mercadoria tem que ser livre. Para que a mercadoria seja livre, o seu preço tem que ser livre. Só sendo livres assim é que as mercadorias podem exercer o seu desafio.

Em conseqüência, para que o empresário possa responder ao desafio das mercadorias livres, a empresa também tem que ser livre. E a empresa é livre quando os preços das mercadorias que ela produz são livres.

Sendo livres as mercadorias e as empresas, o empresário pode então responder ao dinamismo das mercadorias, que constitui um desafio para a sua empresa. Desse modo, o empresário é livre.

Sendo livres todas as mercadorias e todas as empresas, através dessa liberdade todos os empresários também são livres, da mesma forma que a sociedade.

Todavia, como já vimos, essa liberdade não significa libertinagem. O mundo dos negócios implanta as suas normas. Essas normas são as suas leis, cujo acatamento

é que torna livre o empresário. São as leis da própria liberdade, que transformam o empresário e a sociedade de modo a que eles possam responder ao desafio que deriva do dinamismo das mercadorias. Quando foi anulado o controle de preços dos bens de consumo básico na Costa Rica, houve o seguinte comentário:

“O Ministro da Economia anunciou que um grupo de artigos será deixado livre, a fim de que as leis do mercado atuem no lugar dos enfadonhos controles estatais” (*La Nación*, São José da Costa Rica, 24-5-78).

Para a metafísica empresarial, essa é a liberdade básica. E, em última análise, a única. Em contrapartida, os direitos humanos são puramente acidentais. Estando livres as mercadorias, estão livres as empresas e, portanto, estão livres os empresários e a sociedade inteira. Segundo a ótica da metafísica empresarial — e isso vale desde John Locke, que além de filósofo também foi empresário, tendo investido seu capital no comércio de escravos —, o lugar da liberdade pode ser a tirania absoluta. Isso porque, de acordo com essa metafísica, o homem é livre no grau em que as mercadorias são livres.

2. *A empresa capitalista e o dinheiro*

As mercadorias e as empresas não existem separadas umas das outras. Elas formam um conjunto. E, segundo a metafísica empresarial, o laço entre elas é constituído pelo dinheiro.

O conjunto das empresas, unido pelo dinheiro, apresenta-se como um grande organismo. Hobbes já havia chamado esse organismo de Leviatã e o dinheiro de sangue do Leviatã. Sem exceção, a metafísica empresarial também concebe o dinheiro como o sangue da economia. Assim, quando se diz que “a sangria da guerra do Vietnã transformou o dólar na moeda mais fraca e vulnerável de todas as moedas dos países desenvolvidos” (*Die Zeit*, 24-3-78), ninguém está se queixando do sangue concreto de homens concretos no Vietnã. A sangria para a qual a metafísica empresarial está chamando a atenção é outra: o dinheiro gasto nessa guerra. Mesmo que o número de

mortos fosse muito maior, não teria havido nenhuma “sangria do Vietnã” se o dólar houvesse saído fortalecido.

Do ponto de vista da metafísica empresarial, não há outro sangue além do dinheiro. A inflação, por seu turno, é uma “febre”: há pouco, *Newsweek* estampava a manchete: *Tomando o pulso da inflação*. Novos investimentos significam “injeção de recursos”, uma crise financeira é um “infarto cardíaco”. “A crise não é um fenômeno cíclico, mas sim estrutural — uma espécie de artrite industrial nas economias avançadas. Os economistas do GATT advertem contra a expectativa de curar as enfermidades econômicas de hoje por meio de estímulos tradicionais à demanda” (*Business Week*, 21-11-77, p. 138). Espera-se êxito quando “é bombeado dinheiro para a indústria da área...” (*Business Week*, 5-12-77, p. 41). Fala-se também da “febre dos preços”, uma febre que pode ser de purificação: “Um alto índice de preços não é um mau indício, na medida em que reflete o processo de recuperação de saúde da economia” (*Die Zeit*, 5-5-78).

Esse sangue do Leviatã, que na metafísica empresarial é o dinheiro, possui até uma perspectiva eucarística: “A Bolsa da Itália parece mais uma igreja sem fiéis, que é visitada de vez em quando por um sacerdote ou capelão apenas para conservar acesa a luz eterna” (*Die Zeit*, 30-12-77).

Nesse contexto, o modo como são percebidos problemas monetários como a inflação mais se parece com boletins médicos: “a libra esterlina passou um dia calmo”; “a febre voltou”; “conseguiu-se evitar o infarto cardíaco”.

Mas, quando se trata de dominar a inflação, os informes se assemelham mais a comunicados militares: “O dólar, que antes se apresentava poderoso, perdeu terreno em uma ampla frente...” Então, começa a procura de armas para combater a inflação e salvar o dólar. Os empresários nunca se movem para salvar homens, como também nunca pretendem liberar homens. Eles se movem para salvar o dólar e pretendem liberar os preços. O dólar precisa ser defendido — e o Banco Central tem a munição para defendê-lo. Preocupados com a inflação, os políticos do Banco Central são chamados “lutadores contra a inflação”: “Os lutadores da Casa Branca contra a inflação apresentam-se no ringue!” Ou então: “Jimmy

Carter declarou a inflação como Inimigo Público n. 1" (*Newsweek*, 29-5-78, p. 68).

Na sociedade pré-capitalista, o dinheiro era tido como a força corrosiva de toda a sociedade. Agora, esse papel é visto na inflação:

"A inflação cobra a sua parte da *moralidade da nação*; como a tortura chinesa do pingo d'água, varre com o contrato social... Desaparece a factibilidade de planificar o futuro. Perturba-se a base em que o povo vive a sua existência diária... é uma espécie de *fraude cometida por todos contra todos*. É um mundo no qual *ninguém cumpre com a palavra*" (*Newsweek*, 29-5-78, p. 68, os grifos são nossos).

Aparecendo assim a corrosão da moeda — chave do próprio contrato social e limite entre a ordem e a guerra de todos contra todos —, volta a aparecer o ouro sagrado, no qual efetivamente se pode confiar. "Diferentemente do petróleo, um recurso não renovável, quase todo o ouro produzido até hoje continua existindo ainda, em uma ou outra forma" (*Business Week*, 5-12-77, p. 19). "Ouro, o tradicional refúgio do dinheiro em tempos de intensificação dos distúrbios políticos" (*Business Week*, 5-12-77, p. 19). O ouro brilha até no lixo: "Quando Anglo aperfeiçoou um processo para retirar até o último pequeno resíduo de ouro e urânio dos desperdícios, abriu-se um novo mundo para a indústria de extração do ouro... Finalmente, o processo de trabalho não é mais de mão-de-obra intensiva. Já não será mais necessário encontrar os milhares de homens necessários para uma nova mina de ouro convencional" (*Business Week*, 21-11-77, p. 44).

Para outros, o novo mundo não se abriu tanto. Mas resta-lhes um remédio seguro: rezar. "Lawrence Hercules vai um pouco mais longe, devido às novas mudanças do dólar: 'Rezamos muito', diz ele" (*Business Week*, 29-8-77, p. 68). O que encontrará?

3. *A empresa capitalista e o capital*

Os empresários sentem-se em guerra. Guerra entre as empresas e guerra contra a inflação. Embora às vezes

reine a paz entre as empresas, o principal nas relações entre elas é a guerra. Sua paz é uma continuação da guerra por outros meios. É por meio dessas guerras que avança a acumulação de capital. E com ela, pelo menos é o que acreditam os empresários, avança toda a humanidade.

No entanto, quando falam de suas lutas e guerras, os empresários o fazem como o historiador Ranke: são guerras nas quais só contam os capitães e generais. Embora seja o soldado raso quem tem que travá-las, ele não aparece nessa história: nem sua vida, nem sua miséria, nem sua morte. Essas guerras têm suas regras — eufemisticamente chamadas de “regras do jogo” —, que valem igualmente para os generais.

No entanto, para os exércitos industriais, as guerras econômicas entre as empresas são tão terríveis como qualquer outra guerra: deixam destruição, mortos e doentes, destinos humanos destroçados. Mas essa guerra entre as empresas não afeta somente os homens: juntamente com os homens, destrói também a natureza. É, ao mesmo tempo, uma guerra de terra queimada e arrasada.

A história do Terceiro Mundo é uma história dessas guerras, que devastaram um país após o outro e um povo após o outro. Os capitães do algodão dos quais nos falou o presidente do Banco da Nicarágua ao tempo de Somoza seguiram com tanto ímpeto o desafio do algodão dinâmico que hoje a terra em que o plantaram está se transformando em deserto. Os camponeses perderam suas terras e transformaram-se em operários miseravelmente pagos, para que os capitães pudessem exercer a sua audácia. Dentro de pouco tempo, se transformarão em moradores marginalizados de uma terra deserta, carentes de todo meio de vida.

Quando o salitre artificial venceu o salitre natural do Chile, uma população de centenas de milhares de pessoas teve que deixar seus lares, vagando pelo país para mendigar o sustento. Hoje, quem vê aquela região tem a impressão de que ela foi vítima de um grande bombardeio. O mesmo ocorreu na Amazônia, quando a borracha artificial venceu a natural. Nas últimas décadas do século XIX, quando o dinamismo do café exerceu seu desafio sobre os decididos e audazes capitães de El Salvador e da Guatemala, eles introduziram as chamadas “reformas

liberais”, cujo principal conteúdo era o estabelecimento do trabalho forçado para camponeses indígenas desapropriados. Atualmente, em todo o Terceiro Mundo estão em andamento gigantescos projetos de desmatamento, que empregam grandes exércitos de trabalhadores que alguns anos antes saíram de suas próprias terras, agora transformadas em desertos. O flagelo da fome no Sahel e na Etiópia foi o primeiro produto dessa tática de terra arrasada das empresas capitalistas em luta.

Visitando o Bangladesh no período da grande fome, um jornalista do *New York Times* comentou: “Muitas partes do Bangladesh parecem com Bergen-Belsen...” E Bergen-Belsen foi um dos maiores campos de concentração nazistas. Se ele tivesse visitado os outros países do Terceiro Mundo, teria descoberto que não há um sequer onde não existam essas condições de vida para importantes parcelas da população. Todo o Terceiro Mundo está coberto por um gigantesco arquipélago de lugares que se distinguem de Bergen-Belsen unicamente pelo fato de que não têm arame farpado em volta. O que não significa que em volta não haja polícia...

Não param de surgir regimes cujo principal objetivo é manter essas populações reprimidas — populações que, segundo MacNamara, já chegam a oitocentos milhões de pessoas em todo o mundo capitalista. Pessoas que padecem de fome, desemprego e ausência total de qualquer perspectiva para o futuro. Enquanto isso, seus países e sua natureza são despojados, destruídos e saqueados, retirando-se-lhes a própria base sobre a qual, no futuro, poderiam se integrar em uma economia reorganizada e racional.

Por isso, quando fala de “guerra” entre empresas, o empresário não está usando de qualquer alegoria. A guerra é efetiva. No entanto, o empresário a trata como uma guerra entre generais. E, sendo assim, não fala das vítimas.

Da mesma forma, não está enganado quando fala de “guerra” contra a inflação. Os combatentes contra a inflação e suas armas são realmente temíveis e marciais.

O que começa com a confiança das empresas: “Os lutadores da Casa Branca contra a inflação estão cada vez mais convencidos de que a *confiança comercial (business confidence)* é a chave para sustentar o crescimento

econômico" (*U.S. News and World Report*, 11-4-77). Mas essa confiança tem suas condições:

"Como já era previsível, os economistas conservadores tendem a ver o remédio muito mais em termos calvinistas. 'Ninguém quer a recessão, diz Fellner. 'O governo deve mostrar que está disposto a restabelecer a estabilidade e deixar de brincar com as pessoas... Isso pode significar uma taxa de 7% de desemprego por uns três anos, mas não há outra saída', diz ele" (*Newsweek*, 29-5-78, p. 69).

E logo aparecem os principais culpados pela situação: os gastos sociais do governo e as exigências sindicais. O empresário é inocente *ex-professo*:

"O processo de emissão de dinheiro é o cerne da inflação... Portanto, a economia pode ser conservada sadia simplesmente pela restrição da emissão de dinheiro...

O governo encontra *cada vez maiores dificuldades para controlar seus gastos, já que uma parte cada vez maior deles consiste na transferência de renda para cidadãos que não podem ser eliminados: os velhos, os pobres e os doentes...*

Mas o maior desafio ao apelo de Carter à restrição... procede dos sindicatos, que têm de ser persuadidos a aceitarem aumentos de salário inferiores à média, pelo menos em termos relativos. 'Vamos ter que engolir o anzol', comentam eles" (*Newsweek*, 29-5-78, p. 72, os grifos são nossos).

É importante destacar que a informação contida nesse comentário é falsa: a parte fixa cada vez maior dos gastos do governo dos Estados Unidos não é constituída pelas transferências sociais, que tendem a diminuir, mas sim pelos gastos militares, que tendem a aumentar. Mas os lutadores contra a inflação estão interessados em outras coisas:

"Em suma, a estagflação (inflação com estagnação) não é nenhum reflexo de nossa incapacidade, mas muito mais de nosso compromisso com valores sociais, da força política relativa desses valores em comparação com nosso interesse pelo 'dólar sadio e

sonante' (*sound dollar*) e de nossa disposição de confiar mais no governo do que no mercado" (*Business Week*, 27-2-78, p. 18).

Em toda essa metafísica empresarial, o confronto entre o "crescimento sadio" e a inflação é de fato outra coisa: trata-se de fato, do confronto entre o "dólar sadio e sonante" e o que se chama "valores sociais". No fundo, para a metafísica empresarial, "inflação" não é mais do que uma outra palavra para o compromisso com tais valores sociais. Esse compromisso é visto em dois níveis:

1) gastos do governo para com "os velhos, os pobres e os doentes";

2) as reivindicações das organizações sindicais.

E o compromisso com o "dólar sadio" é o contrário desses valores sociais: crescimento "sadio", lei e ordem.

Por isso, quando os empresários dizem que a inflação subverte "a moralidade da nação", "varre com o contrato social", constitui uma "fraude cometida por todos contra todos" e cria um mundo no qual "ninguém cumpre com a palavra", ao mesmo tempo estão afirmando tudo isso — embora não se atrevam a fazê-lo expressamente — sobre qualquer compromisso com aqueles "valores sociais".

Os "valores sociais" aparecem como a grande força corrosiva da sociedade capitalista moderna e o compromisso com eles é visto como ruptura do "contrato social" e sua transformação em "fraude cometida por todos contra todos", ou seja, uma espécie de compromisso com a guerra de todos contra todos que, na tradição liberal em que esse texto está escrito, significa a perversão mais absoluta.

Toda a tradição liberal coincide em que é lícito qualquer tratamento para aquele que lança o estado de guerra de todos contra todos, rompendo o contrato social. Nesse caso, diz Locke, é preciso tratá-los como "feras", "bestas", "animais selvagens". Por essa razão, na linguagem liberal, censuras como a de "romper o contrato social" constituem uma terrível ameaça. Com tais palavras, tudo é declarado lícito diante dos opositores.

Evidentemente, os empresários não se atrevem a concretizar essas ameaças dentro dos Estados Unidos, onde a organização sindical é muito forte para ser tratada des-

sa forma. Do mesmo modo, a existência dessa organização sindical torna muito difícil — embora não seja impossível, de modo algum — diminuir os gastos com a assistência aos “velhos, pobres e doentes”.

Quando os lutadores contra a inflação convertem-se em especialistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e integram as missões do FMI nos países do Terceiro Mundo, aí já é diferente. Então, eles impõem o que ainda não podem impor nos Estados Unidos.

As missões do FMI constituem uma das maiores forças que atualmente submetem os países do Terceiro Mundo. Estando todos endividados, sem possibilidades de pagar, esses países não têm outra alternativa do que a de romper com o sistema capitalista ou continuar se endividando. Enquanto possuem regimes burgueses, a ruptura está excluída. Por isso, têm que continuar se endividando e submetendo-se à chantagem dos países desenvolvidos. E as missões do FMI são porta-vozes dessas chantagens.

As missões do FMI chegam aos países em nome da luta contra a inflação. Nunca estudam a situação concreta de algum país. Antes de sua chegada ao país, já estão com suas fórmulas prontas. Seus ditames são monotamente os mesmos, não importa de que país se trate. Guiam-se pelo dogmatismo mais rígido que se conhece. Suas exigências são sempre duas:

1) diminuir os gastos governamentais para com “os velhos, pobres e doentes”;

2) destruir a organização sindical.

Acatados os ditames da missão do FMI, diminuem sensivelmente os gastos “sociais” do país em questão e suas organizações sindicais são destruídas. A miséria, a mortalidade e a fome atestam que aquele país perdeu uma guerra.

No entanto, nunca diminuem os gastos governamentais e as taxas de inflação, a não ser excepcionalmente. Os gastos “sociais” são substituídos por gastos militares e policiais ainda maiores. Os que romperam o “contrato social” são tratados conforme a recomendação de Locke. E, com a guerra perdida, aparece a força de ocupação.

Há um ponto, porém, em que a missão do FMI se interessa detalhadamente em cada país concreto: exami-

na muito bem aquilo que pode extrair. Assim, seus ditames também contêm exigências para a entrega de matérias-primas e concessões a título de "remuneração". As florestas são condenadas a morrer e as outras matérias-primas a serem saqueadas.

São missões de destruição do homem e da natureza, na medida em que a natureza é a vida futura dos homens. E, por isso, deixam em seu caminho uma trilha de sangue. Sangue do pobre, que é convertido em dinheiro, o sangue de sua economia, o sangue do Leviatã. O dólar "sonante" converte-se em grito de terror.

Acabada a guerra, a inflação continua, mas isso não preocupa o FMI ou os lutadores contra a inflação: "Um alto índice de preços não é um mau indício, desde que reflita a recuperação da saúde da economia" (*Die Zeit*, 5-5-78). Eliminados os gastos para com "os velhos, pobres e doentes" e destruídos os sindicatos, a inflação continua do mesmo modo. Só que agora reflete a "recuperação da saúde da economia". E já não constitui mais ameaça. Há mais de 15 anos que o Brasil apresenta essa "saúde".

Evidentemente, os lutadores contra a inflação preferem uma economia sem inflação a uma com inflação. Mas, de fato, a inflação não os preocupa. Sua preocupação é ganhar outra guerra: a guerra contra os povos.

Por isso, aquilo que os lutadores contra a inflação visam e conseguem é um pouco diferente daquilo que dizem. Trata-se da mudança das condições de acumulação do capital em escala mundial. Trata-se da acumulação de capital das corporações multinacionais.

4. *A natureza: arrependimentos, retificações e compensações*

"A Mãe Natureza... dá proeminência àquelas espécies que demonstram tê-la a seu favor: em especial, a sobrevivência na luta darwiniana pela existência" (Paul Samuelson, *Newsweek*, 26-5-75, p. 41).

Quando o "dólar sadio e sonante" se choca com os "valores sociais", na ótica da metafísica empresarial estão se chocando a natureza com a antinatureza, o artificial e o perverso.

A metafísica empresarial tem um conceito de natureza que é exatamente o contrário da natureza como era enfocada pela tradição aristotélico-tomista. Por essa tradição, o natural é que o homem tenha para viver e trabalhe para ter. O antinatural é a orientação mercantil das atividades humanas.

Nessa mesma tradição, portanto, a metafísica constituiu um transcender dessa natureza concreta no marco de sua proeminência. É por isso que Tomás de Aquino insistia em que os valores "superiores" nunca devem se realizar em detrimento dos valores "inferiores", sendo estes últimos os valores da vida concreta, do trabalho por uma vida digna. Esse modo de ver limitava inclusive os piores excessos desse pensamento. Até no caso da legitimação da escravidão — que Tomás compartilhava expressamente com Aristóteles — não se chegava a conceder ao senhor do escravo o direito absoluto sobre sua vida.

A "natureza" empresarial é o contrário. Trata-se de uma natureza estritamente mercantil, para a qual a natureza concreta é um simples veículo, do qual não deriva nenhum direito. Trata-se de uma natureza cujas leis são as da resposta ao dinamismo das mercadorias, uma natureza na qual a liberdade é a liberdade dos preços e das empresas. Nela praticamente não existem os valores da vida concreta; ao contrário, são vistos como antinatureza. Por isso, quando passa para a legitimação da escravidão, como faz Locke — e, em sua tradição, as grandes correntes do pensamento burguês até o século XX —, esse pensamento liberal o faz nos termos mais impiedosos que se possa imaginar.

A natureza empresarial é estritamente metafísica: não transcende a natureza concreta, mas sim se opõe a ela. É metafísica pura. E, portanto, é uma "natureza" de puras invisibilidades. Seus elementos constitutivos são preços, mercadorias e empresas, ao passo que os elementos constitutivos da natureza concreta são os homens e seus valores de uso.

Contudo, a metafísica empresarial concebe a sua natureza em termos análogos à natureza física. Assim como uma casa cai se não for construída de acordo com as leis da gravidade, a economia também cai se não for construída segundo as leis da metafísica empresarial.

As leis que surgem da resposta ao desafio das mercadorias dinâmicas são captadas como leis produzidas pelos fatos, por essa natureza mercantil. E ela as impõe, nem que seja pela derrubada da economia que não as respeitar.

Quando os alimentos escasseiam, segundo essa lei os preços devem aumentar. Isso significa que alguns ficam sem qualquer alimento e, conseqüentemente, morrem. Segundo a metafísica empresarial, morrem em obediência a um ditame da natureza. Quando, ao contrário, são controlados os preços e a distribuição de alimentos, todos sobrevivem. Mas, segundo a metafísica empresarial, esse seria um ato contra a natureza, cuja lei determinaria o aumento do preço. Assim, o controle de preços representa um ato antinatural e perverso, uma ruptura do contrato social e, em última análise, um ato contra a humanidade. Com ele, perde-se a liberdade — e de que vale a vida sem liberdade?

Quando a madeira escasseia, o dinamismo da mercadoria madeira emite um desafio, ao qual o empresário responde desmatando as florestas e transformando a natureza em deserto. Segundo a metafísica empresarial, isso é feito em obediência a um ditame da natureza. E é seguindo esse ditame de sua “natureza” que eles estão destruindo o Terceiro Mundo, mas nunca os países desenvolvidos, com suas Montanhas Rochosas e sua Floresta Negra.

Mas, quando os povos defendem e protegem a natureza como a base de sua vida, então estão cometendo um “ato contra a natureza”. Aí o FMI começa a sua chantagem, para que tais países abram-se ao saque. E, assim fazendo, o FMI defende a “natureza” contra a antinatureza, a perversão, a ruptura do contrato social. Defende a humanidade e a liberdade, mesmo que seja a ferro e fogo. Mesmo quando deixa de falar de “natureza”, o metafísico empresarial fala da “racionalidade” de Max Weber, que exige precisamente tudo o que é exigido pela “natureza” empresarial.

Pela ótica empresarial, as grandes vítimas dessa luta entre as duas naturezas — a natureza do “dólar sadio e sonante” e a antinatureza dos “valores sociais” — não são os empobrecidos, destruídos e desempregados. Ao contrário, são os próprios empresários:

“O setor empresarial de nossos países *sofre* de forma quase persistente essa luta entre os fatos e os interesses dos políticos e de alguns grupos sociais...” (*La Nación*, São José da Costa Rica, 24-5-78, o grifo é nosso).

E, tratando-se de empresários cristãos, podem chegar ao ponto de identificar seus sofrimentos aos do próprio Cristo crucificado. E os pobres seriam acusados de crucificadores.

Assim, todos os valores, critérios e condições do comportamento empresarial convertem-se em “leis da natureza”, que não podem ser violadas. Como realmente existe uma “lógica do comportamento” nos mercados, a metafísica empresarial transforma essa lógica em lei da natureza.

O próprio empresário vive essa lógica real. Quando um produto escasseia, efetivamente é dificultoso e pouco eficiente o controle de preços. A conclusão empresarial é de que é preciso aumentar o preço e deixar sem abastecimento quem não pode pagar; a responsabilidade cabe ao mercado e a Deus. Nem lhe ocorre — ou então é descartada — a alternativa de uma reorganização da máquina distributiva e de redistribuição da renda.

O empresário vive uma experiência semelhante quando demite o operário ou nega-lhe trabalho. Ele não despede ou contrata por gosto, nem poderia fazê-lo. Assim, quando o operário protesta, ele pode responder baseando-se nos fatos, de que é o mercado que o obriga a demiti-lo. Ele, como empresário, lhe daria trabalho com muito prazer. É o mercado que não o permite fazê-lo. Mais uma vez, a responsabilidade corre por conta do mercado e de Deus; o empresário não tem nada a ver com isso. E, mais uma vez, ele evita ou adia a discussão da questão de uma organização alternativa da produção, na qual nenhum mercado obrigue a deixar alguém sem trabalho.

Negando as alternativas, o empresário transforma a lógica dos mercados em leis da natureza. Não havendo alternativa, tudo tem que ser como é — e o empresário é a figura que “sofre” esse conflito, sem ter outro remédio do que o de afirmar a natureza. Ele é sustentáculo e servidor da empresa, não instância decisória. Como afir-

ma o presidente da Associação de Empresários de El Salvador, "...a magnífica equipe humana que constitui o *sustentáculo da livre empresa* em El Salvador..." (*La Prensa Gráfica*, 20-5-78), o grifo é nosso).

Em nome da natureza, a metafísica empresarial apega-se à irresponsabilidade mais absoluta:

"Na constituição de uma empresa, deve-se obter benefícios... Pretender o contrário é *utopia*. É ir contra a *natureza* do homem e da sociedade.

O que queremos destacar é que, observados certos princípios básicos em uma economia, eles devem ser cumpridos fielmente, sem ficar ao arbítrio dos políticos, dos funcionários de plantão ou de qualquer pessoa.

São normas que devem ser acatadas. São as premissas de um *desenvolvimento sadio*.

Muitas vezes, os controles e freios convertem-se não somente no que se refere aos preços em si, mas também quanto à qualidade dos produtos e a outras importantes especificações.

Na economia, como na natureza, os artifícios nunca rendem bons dividendos...

O artifício, portanto, é um sinal de fuga e acomodação..." (*La Nación*, São José da Costa Rica, 24-5-78, os grifos são nossos).

Nessa "natureza", as empresas têm o direito de obter lucros, embora os homens não tenham nenhum direito a viver. Poder viver ou não é uma questão de "valores", não de leis naturais. Obter lucros para a empresa não é uma questão de valores, mas sim de uma "lei natural", ou, na linguagem de Max Weber, de "racionalidade". Assim, qualquer opositor que se levanta contra uma lei natural é um utopista. Levantar-se contra as leis naturais do mercado é tão ilusório como levantar-se contra a lei da gravidade: é uma simples loucura. O elemento utópico, portanto, aparece como um homem que procura artifícios para passar por cima da lei da gravidade.

Assim, existe nessa visão um *dever* de acatar as leis dessa "natureza". Daí deriva uma ética, com arrependimentos, retificações e recompensas. Se as leis naturais não são acatadas, impõe-se o arrependimento:

“Mais cedo ou mais tarde, a economia de um país *choca-se com a realidade*, ou seja, com a ciência econômica, que não pode se afastar dos fatos. Nesse momento, as teorias políticas e os sentimentos afastam-se para dar passagem ao *humilde reinado da realidade cotidiana*. Para usar a *frase bíblica*, é a hora do *ranger de dentes*, quando se chora as possibilidades que se teve no início, quando havia tempo suficiente para tomar o *bom caminho, embora isso não fosse muito agradável para certos grupos*” (*La Nación*, São José da Costa Rica, 24-5-78, os grifos são nossos).

Estando assim constituída a “natureza” ou “racionalidade”, a metafísica empresarial desanda a pregar e divulgar sermões. A economia que não observou as leis naturais choca-se com a “realidade”. Esse choque obriga ao arrependimento — à luz das oportunidades perdidas, dos maus passos que foram dados. A realidade se impõe, com suas leis e seus deveres. A submissão resultante reveste-se de humildade, que é contrapartida e condição de um verdadeiro arrependimento. Abre-se passagem ao “humilde reino da realidade cotidiana” e portanto ao arrependimento do “ranger de dentes”, que a metafísica empresarial percebe como uma perfeita coincidência com a Bíblia. Então, os maus passos — a violação das leis do mercado em função de “valores sociais” — desaparecem com o arrependimento e toma-se o “bom caminho”. E esse bom caminho é “bom” mesmo não sendo “muito agradável para certos grupos sociais”. E esses grupos sociais são novamente aqueles que já haviam sido responsabilizados pela inflação por parte dos lutadores contra a inflação: os “velhos, pobres e doentes” e os sindicatos operários e camponeses.

Está claro que a adoção do bom caminho não passa somente pelo arrependimento bíblico. Também exige reificações. É preciso reconhecer efetivamente as leis do mercado como dever e virtude — e não somente em termos individuais, mas também de toda a sociedade. No discurso já citado, o presidente do Banco da Nicarágua ao tempo de Somoza dizia o seguinte:

“Há uma perigosa estagnação econômica e não se vislumbram os elementos econômicos capazes de impulsionar uma reativação. Está se perdendo a *con-*

fiança, que só pode se restabelecer com base em atos positivos e retificações. O investimento privado está paralisado e o dinheiro de que tanto necessitamos para o nosso desenvolvimento está fugindo em quantidade considerável" (La Prensa, Manágua, 30-4-78, os grifos são nossos).

Os maus passos que foram dados destruíram a confiança; perdida a confiança, o dinheiro foge. Como já dizia o banqueiro Abs: "O dinheiro é tímido como um veado..." Mas acontece que se necessita do dinheiro e só se pode tê-lo de volta por meio de "atos positivos e retificações". Não basta o simples arrependimento.

Entretanto, desta vez o presidente do Banco da Nicarágua ao tempo de Somoza tinha em mente uma mudança política:

"Parece que a razão básica dessa situação de incerteza e descontentamento é a continuidade de um mesmo regime personalista por um tempo prolongado" (*La Prensa*, Manágua, 30-4-78).

Mas a lógica empresarial continua a mesma: não se vislumbra uma mercadoria dinâmica que possa lançar o desafio necessário para que o empresário sinta-se interpelado. O dinheiro foge, a confiança vem abaixo. Desta vez, a razão pela qual as mercadorias não podem lançar seu desafio dinâmico encontra-se na situação política: o regime personalista de Somoza. E, assim, o presidente do Banco torna-se anti-somozista. Desta vez, a burguesia nicaragüense sente-se amarrada pelas arbitrariedades de Somoza. A economia deixa de ser racional e, por isso, Somoza aparece como tirano. A burguesia necessita de um regime burguês, que hoje em dia implica cada vez menos um regime parlamentar. Entretanto, tem que ser um regime impessoal, que acate as leis do mercado.

Deve-se notar, contudo, que, no contexto geral, esse confronto da burguesia com regimes personalistas não é típico. Até certo ponto, o foi nos primórdios da sociedade burguesa, o que explica a aparente identificação da burguesia com os direitos humanos. O que hoje normalmente se pede como retificação em função das leis do mercado é precisamente a destruição dos sindicatos e a eliminação dos gastos sociais do orçamento, coisas que nem existiam nos primórdios da sociedade burguesa.

Esse jogo de choques com a realidade, a conseqüente humildade, o arrependimento e as retificações necessárias para superar os maus passos e encontrar o “bom caminho” leva à constituição de uma complexa ética empresarial. Trata-se da ética da “verdade dos preços”, das virtudes do mercado e dos pecados contra o mercado. O bom caminho passa pela verdade dos preços e pelas virtudes do mercado.

Eis o que se diz do presidente da associação dos viticultores da região francesa de Bordeaux:

“...ele se defende da censura de ter menosprezado as ‘virtudes da economia de mercado’ e também de ter criado uma espécie de seguro social para a viticultura” (*Die Zeit*, 16-12-77, p. 23).

Ao contrário, ele afirma ter-se defendido do “fantasma da especulação”: “Acho que exorcizamos alguns demônios” (*Die Zeit*, 16-12-77, p. 23).

Mas também existem pecados contra o mercado. Em nome das “virtudes da economia de mercado”, convoca-se a cruzada contra os pecados que atingem tal economia. Eis o comentário sobre um congresso internacional de bancos: “Ali se injeta a idéia de uma cruzada de luta contra a inflação no coração dos homens, causa na qual o Estado joga um papel decisivo na economia” (*Die Zeit*, 5-5-78).

Mas, diferentemente de tantos outros pecados, não se considera que os pecados contra a economia de mercado deixem de receber seu castigo nesta vida. Pelo contrário, recebem suas penas ainda neste mundo. Pelo menos é o que acreditam os institutos de análise de conjuntura da República Federal Alemã:

“Soa quase como um juízo, com o qual é punida a grande *incidência de pecados* no campo da política salarial e econômica: os cinco institutos independentes de análise de conjuntura da Alemanha anunciam em seu informe conjunto de primavera que o crescimento econômico total deste ano só alcançará 2,5%. Assim mesmo, contando com o pressuposto de que todos os responsáveis pela economia comporem-se racionalmente...

As razões disso deveriam ser procuradas em uma profunda *falta de confiança* por parte das empresas, pela qual a *culpa principal caberia aos sindicatos*...

É elevado o *castigo* para esse comportamento fã-lido: um ponto a menos do que talvez fosse possível alcançar..." (*Die Zeit*, 5-5-78, os grifos são nossos).

E assim aparece o castigo do mercado, que pune os pecados contra o mercado. Embora não se possa anular esse castigo com humildade, arrependimento e retificações, surge no entanto a possibilidade de uma recompensa adequada no futuro. Quando o governo israelense de Begin despediu-se definitivamente das idéias de libertação do homem para dedicar-se à liberação dos preços, Milton Friedman comentou:

"As medidas de economia política de Israel... mostram a mesma combinação de audácia, percepção e coragem da '*Guerra dos Seis Dias*' ou da *libertação dos reféns* em *Entebbe*. E não deveriam ser menos importantes para o futuro de Israel. Vinte e nove anos de domínio socialista... Tudo isso mudou. Pela primeira vez, desde a fundação do Estado israelita, *os cidadãos agora podem comprar e vender livremente dólares*, sem necessidade de permissão de algum burocrata... *Em essência, o povo já não é mais tratado como dependente do Estado, mas como um povo livre*, que pode controlar sozinho sua própria vida... Libertam-se do socialismo e vão rumo ao mercado livre, ao capitalismo. Prometem mais liberdade pessoal... prometem uma sociedade melhor, mais sadia e mais forte.

Se tiver êxito essa arrancada de Israel rumo à liberdade, então — *prevejo eu* — *acontecerá o mesmo milagre econômico* que foi produzido na Alemanha por um avanço comparável em 1948... Na situação de Israel, esse *milagre favorecerá especialmente os grupos da população menos favorecidos*... E mais ainda: o sistema econômico e político *mais livre atrairá mais dinheiro* e imigrantes dos países ocidentais desenvolvidos" (*Newsweek*, segundo *Die Zeit*, 6-1-78, os grifos são nossos).

Essa voz profética anuncia o milagre, que aparece agora como a recompensa pelos arrependimentos e retificações. Do mesmo modo como o castigo corresponde

aos pecados contra a economia de mercado, às virtudes do mercado corresponde uma recompensa: o milagre econômico. Nesse caso, o ato máximo de virtude do mercado é a libertação do dólar.

Não é casual que Friedman compare essa medida econômica com uma guerra e com uma "libertação de reféns". Assim como em Entebbe estava seqüestrado um grupo de homens, no Israel "socialista" era o dólar que estava seqüestrado. Havia perdido sua liberdade, era um refém nas mãos do regime "socialista" seqüestrador. Mas as medidas do novo governo o libertaram. Libertado o dólar, todo o povo se libertou, pela simples razão de que a liberdade do dólar é a liberdade, sua verdadeira essência. Por isso, segundo a metafísica empresarial, à exigência moral de "libertar os presos" corresponde a máxima virtude de "liberar o dólar e os preços".

Parece até humor negro a afirmação do profeta Friedman de que "esse milagre favorecerá especialmente os grupos da população menos favorecidos". No entanto, embora seja mesmo humor negro, trata-se de uma alusão ao reino de justiça com o qual toda metafísica empresarial se compromete. Esse reino de justiça brota diretamente da liberação dos preços e da busca de benefícios:

"Investir não significa somente contribuir para a criação de riqueza e ocupação e com isso colaborar para o reinado da justiça social e para a solidez da economia, mas também obter a oportunidade de alcançar benefícios" (La Nación, São José da Costa Rica, 24-5-78, os grifos são nossos).

A metafísica empresarial vê a empresa como fonte de criação de ocupação, esquecendo-se facilmente de que a ocupação é a condição da criação de riqueza por parte da empresa. Ao contrário, afirma que o investimento cria riquezas e ocupação. E, assim, apresenta-se o investimento como caminho para a justiça social, a única justiça social que a metafísica empresarial entende: aquela que não viole a lei da rentabilidade.

Em nome desse "reinado da justiça social", a metafísica empresarial pode aceitar qualquer reivindicação social e constantemente afirma todas as reivindicações. No entanto, não as afirma em termos utópicos, mas sim em termos "realistas", de acordo com as leis da "natu-

reza". Melhor nível de vida, melhores salários, melhor educação e saúde, superação da extrema miséria no mundo, pleno emprego — o empresário está sempre de acordo. Mas, realista como é, ele sabe muito bem que não se pode ter tudo isso de um dia para outro.

Respeitando as leis da natureza — de sua natureza empresarial metafísica —, ele sabe também que, para chegar ao "reinado da justiça social", deve-se incentivar as empresas, cujos sustentáculos e servidores são os empresários. Mas as empresas vivem de lucro, assim como os animais de trabalho vivem de comida. Quanto mais esforço, mais lucros elas necessitam. E, como a aproximação do reinado da justiça social constitui um esforço colossal, a empresa só pode realizá-lo com um lucro colossal. Essa é a lei da gravidade da natureza empresarial.

Desse modo, "sim" para tudo — maior nível de salários, educação e saúde, pleno emprego e superação da extrema miséria —, mas "sim" também para os únicos meios "sadios" para consegui-lo: maiores lucros. Isso porque os lucros de hoje são os investimentos de amanhã e a ocupação e o crescimento de depois de amanhã. Entretanto, maiores lucros significam menores salários, menos educação e saúde, mais miséria e muitas vezes também mais desemprego. E assim chegamos à "dialética maldita" da metafísica empresarial: para que se aproxime o "reinado da justiça social", é preciso aumentar precisamente o "reinado da injustiça social". Quanto mais rapidamente fomentamos a injustiça, mais rapidamente chegamos à justiça. Na ótica empresarial, o "bom caminho" para a justiça é a própria injustiça.

Aqui, a metafísica empresarial comete um simples *quid pro quo*: transfigura em um fato abstrato de sua natureza metafísica o fato concreto de um vínculo objetivo entre nível de vida e nível das forças produtivas. Transforma as grandes metas da justiça social em finalidades fantasmagóricas do crescimento econômico e do processo de acumulação de capital. Desse modo, nessa transfiguração a possibilidade de justiça apresenta-se limitada pela "escassez de capitais" e pela capitalização com base na maximização dos lucros como o caminho para obtê-los. O "reinado da justiça social" transforma-se em tarefa de Sísifo e o brilho do capital é apresentado como o brilho da justiça.

Na verdade, as tarefas da justiça dependem muito pouco do nível das forças produtivas. O pleno emprego simplesmente não tem nada a ver com a escassez de capitais ou com o nível das forças produtivas. As forças produtivas indicam o nível da produtividade e não do emprego. O pleno emprego é um problema exclusivo da organização da economia e o desemprego é um resultado da sacralização da lógica dos mercados em forma de uma lei natural.

Por outro lado, a vida digna é um problema de distribuição de um produto existente e não de um produto que se terá no futuro. O aumento do nível de vida está ligado ao desenvolvimento das forças produtivas, ao passo que a dignidade da vida liga-se à distribuição do existente de modo que todos possam viver. A educação e a saúde dependem das forças produtivas apenas no que se refere à utilização de determinadas técnicas, mas de modo algum como serviço social.

Por isso, para um pensamento concreto e responsável diante dos fatos, o capital constitui um obstáculo à justiça social. Mas, pela ótica empresarial, ele constitui a luz nas trevas e a estrela da manhã.

Transformando-se o empresário em advogado da justiça social, o anseio de justiça é transformado em veículo da acumulação de capital. Quando a injustiça apresenta-se como justiça, o anseio de justiça transforma-se em motor da própria injustiça. Arrasando com populações inteiras e com a própria natureza, a acumulação de capital é apresentada como uma contribuição ao "reinado da justiça social".

Resumindo as metas dessa luta pela justiça, Milton Friedman menciona os programas sociais, que têm que desaparecer para que haja justiça:

"Programas agrícolas, assistência geral à velhice, leis de salário mínimo, legislação em favor de sindicatos, regulamentos para concessão de licenças nos escritórios e nas profissões e assim sucessivamente, em algo que parece não ter fim" (*Capitalismo y Libertad*, Madri, 1966, p. 41).

Desse modo, a justiça é substituída por um veículo fantasmagórico que a sustenta e leva a ela: o crescimento econômico "sadio", que outra coisa não é do que a pró-

pria acumulação de capital. E toda a sua agressividade encontra agora sua legitimação na referência à justiça social. Eis uma opinião sobre o novo presidente do Banco Central dos Estados Unidos:

“O presidente Miller está aprendendo de modo duro que é bem mais fácil falar contra a inflação; ao contrário, equilibrar as necessidades de um real crescimento econômico a curto prazo com a tentativa de lutar contra a inflação é uma tarefa cuja dificuldade ele recém começa a perceber. Que os céus o ajudem nessa tarefa!” (*Newsweek*, 29-5-78).

Como já sabemos, lutar contra a inflação significa lutar pela diminuição dos gastos sociais do governo e pelo enfraquecimento dos sindicatos. Essa luta deve ser equilibrada com a necessidade de um crescimento real. E, tratando-se de uma injustiça cometida em nome da justiça, que é produto fantasmagórico do crescimento, cabe o apelo aos céus. Evidente sublimação do mercado e do capital, Deus ajudará nessa difícil tarefa.

Como resultado da acumulação de capital e da recusa às exigências da justiça, o crescimento econômico sadio transforma-se no mito dinâmico da metafísica empresarial. E sua condição é a constituição metafísica da natureza. A partir dessa concepção da natureza, toda catástrofe social pode ser vista como catástrofe natural. Desse modo, a crise econômica, o subdesenvolvimento e os baixos salários assemelham-se aos terremotos, furacões e ao mau tempo. Não há exploração, assim como um furacão não explora ninguém. Assim como a lei da gravidade, a lei do mercado também opera.

Assim, não havendo alternativa para a lei do mercado, também não há alternativa para a acumulação de capital e para o crescimento econômico “sadio”. E, desse modo, as metas da justiça se transformam em produtos esperados da acumulação de capital.

Dessa maneira, a necessidade de convencer as classes operária e camponesa, na medida do possível, de que não há outra justiça além dessa, surge como um problema de legitimidade da sociedade burguesa, seja utilizando-se a intimidação, seja a persuasão. Na medida em que deixam de se orientar por projetos socialistas, essas classes não

têm como evitar sua orientação no sentido da acumulação de capital, seja em forma afirmativa, seja na forma de reivindicações sem projeto.

No entanto, a sociedade burguesa procura a aceitação afirmativa por parte da classe operária, o que produz conflitos entre as virtudes da economia de mercado — liberação dos preços, diminuição dos gastos sociais, enfraquecimento da organização sindical — e suas necessidades de legitimação fora da classe empresarial. E esse conflito é solucionado por um compromisso.

Tal compromisso consiste na exportação impiedosa das virtudes da economia de mercado para os países economicamente fracos, onde regimes de força suprem a falta de legitimidade do sistema. Esses regimes são sustentados pelos países altamente desenvolvidos, que internamente sustentam sua legitimidade com base em um respeito relativamente elevado à força sindical e à política social.

Por isso, o FMI nunca impõe a tais países programas tão catastroficamente extremistas como aqueles que costuma impor ao Terceiro Mundo. Embora a orientação baseie-se nas virtudes do mercado em todos os países, o grau de radicalidade de sua implantação é bastante diferente. Os países desenvolvidos necessitam dessa base de legitimidade mais ampla para poderem sustentar os regimes de força no Terceiro Mundo, os quais não poderiam manter as virtudes do mercado sem apoio externo.

Nessa legitimação da sociedade burguesa nos países desenvolvidos, é cada vez mais importante a vinculação já estudada entre acumulação de capital, crescimento econômico e justiça social. Na medida em que se consegue ligar as organizações sindicais a essa perspectiva, elas podem tornar sua a perspectiva da acumulação de capital, passando a ser cúmplices de toda a agressividade que essa acumulação implica.

A preocupação com o desemprego joga um papel central nessa questão. Na perspectiva socialista, a solução do desempregado é procurada na mudança das relações sociais de produção. Mas, na medida em que prevalece a perspectiva capitalista, a busca do pleno emprego passa pela aceleração da acumulação do capital e das taxas de crescimento. A organização sindical que aceita essa segunda alternativa continua falando da necessidade do ple-

no emprego, mas agora o identifica com a política do crescimento econômico e da acumulação de capital. Essa perspectiva foi adotada sobretudo pelas organizações sindicais dos Estados Unidos e da Alemanha Federal.

Nessa perspectiva, então, todo obstáculo à acumulação do capital revela-se um perigo para o emprego. E assim, em nome da justiça, as organizações sindicais podem ser usadas como força de choque contra grupos sociais que obstaculizam a acumulação de capital. E isso pela simples razão de que tais organizações operárias esperam agora a solução de seus problemas sociais através de uma desenfreada acumulação de capital, que só não prejudique o nível de vida de seu grupo.

Surge assim uma lógica invertida dos interesses operários, contrária à lógica da solidariedade internacional que teria prevalecido na perspectiva socialista. Naturalmente, essa lógica é limitada a determinados países capitalistas desenvolvidos, mas neles opera com grande força. Ela apóia a agressividade da acumulação de capital especialmente em duas direções: contra os países do Terceiro Mundo e seus movimentos de libertação e contra os movimentos sociais que lutam em defesa do meio ambiente.

A citação seguinte serve para demonstrar esse tipo de lógica no que se refere à proteção do meio ambiente e aos limites do crescimento:

“Hoje, já não há quase ninguém que deixe de esperar um maior crescimento do rendimento econômico, para que se possa solucionar o problema do pleno emprego. Há apenas alguns anos, porém, o crescimento econômico era apresentado como obra do diabo. (...)”

Enquanto o crescimento econômico era apresentado sempre mais como uma questão moralmente condenável e perigosa para toda a humanidade, os ‘limites de crescimento’ revelaram-se como que uma Fada Morgana, que se dissolve em nada quando alguém se aproxima.

O baixo crescimento econômico não preocupa apenas aqueles que não ficam indiferentes à sorte dos desempregados... Um fraco crescimento econômico — ou, pior ainda, um crescimento zero, como foi advogado há poucos anos — poderia se transformar, juntamente com a mudança técnica, em uma pe-

rigosa carga explosiva social. Isso porque, se o crescimento não é suficiente para criar postos de trabalho para todos aqueles que perdem seu emprego anterior, no escritório ou na fábrica, em virtude do progresso técnico, então os índices de desemprego podem aumentar como numa avalanche" (*Die Zeit*, 5-5-78).

Desvinculando-se assim o problema da ocupação da questão das relações sociais de produção e vinculando-o à rapidez e agressividade da acumulação do capital, torna-se então possível o seguinte tipo de propaganda:

"Depois do Congresso do Partido Social Democrata alemão, o chanceler enfatizou que os cidadãos não devem permitir a destruição de seus postos de trabalho sob o pretexto da proteção ao meio ambiente e menos ainda devido à ação de 'individualistas bem intencionados' ou 'certos círculos intelectuais'. E recebeu em resposta um grande aplauso dos sindicatos, que se proclamaram, não sem resultados, 'a maior iniciativa civil do país'" (*Die Zeit*, 13-1-78).

Esse tipo de argumento é facilmente aplicável às relações com os países do Terceiro Mundo. Para que haja trabalho, precisa-se de matérias-primas baratas, inclusive petróleo. Por isso, é necessário ter mercados em países onde o capital goza de "confiança". Os movimentos de libertação desses países podem constituir um perigo para as conquistas sociais nos países desenvolvidos. Na América Latina, através da ORIT (Organização Interamericana do Trabalho), a AFL/CIO transformou-se em um braço do capital multinacional dos Estados Unidos. Assim, a própria exploração do Terceiro Mundo e o saque de suas riquezas de matérias-primas podem transformar-se em condição para a garantia das conquistas sociais dos movimentos operários dos países desenvolvidos.

E dessa forma se completa o círculo. A acumulação de capital cria ilhas dentro de um mundo explorado com uma natureza crescentemente destruída, ilhas em que a acumulação mais desenfreada aparece vinculada a altos salários e elevados gastos sociais dos governos. A pressão do desemprego, porém, serve constantemente para obrigar a população a seguir adiante, aumentando o ritmo da acumulação e combatendo os obstáculos a essa acumulação, que, em seu modo de ver, constitui a garantia da

ocupação. Por isso, a acumulação do capital lança-se com toda a sua fúria agressiva sobre as grandes regiões empobrecidas, nas quais a população e a natureza são destruídas e ficam à mercê do capital, ao passo que as ilhas modernas desse grande mundo empobrecido servem para que o próprio capital se apresente como o portador do "reinado da justiça social".

Somente assim o capital consegue constituir sobre amplas bases a sua legitimidade nessas ilhas desenvolvidas, o que permite manter nelas regimes parlamentares. Mas, no resto do mundo, recorre a regimes de força, cuja existência só se pode explicar pelo apoio que lhes é prestado por esses países desenvolvidos, democraticamente legitimados. Não tendo nenhuma base suficiente de legitimidade própria, esses regimes são os mais dependentes que se possa imaginar. Por isso, não têm outra saída que a de entregar suas populações e a sua natureza à exploração e ao saque do capital dos países desenvolvidos.

O conjunto desse quadro analítico explica por que, nos países desenvolvidos, o capital se apresenta com a máscara da justiça social e da democracia.

A oposição à metafísica empresarial

A metafísica empresarial vê seus opositores nos mesmos termos metafísicos com que vê a empresa. Mas, para tanto, inverte esses termos.

Já que os adversários se opõem à liberdade dos preços e das empresas, são vistos como inimigos da liberdade. Já que opõem à natureza metafísica do mundo mercantil a natureza concreta e material de homens concretos, com direito a trabalho, pão e moradia, são materialistas. Como recusam-se a se submeter às forças superiores do mercado, são a personificação da altivez, da soberba e do orgulho. Já que pretendem construir uma sociedade sem usar a lei do valor como a lei da gravidade da economia, são utópicos. Já que proclamam o seu direito à defesa da vida concreta, são violentos.

O empresário se vê a si mesmo como um ser livre, idealista, humilde, realista e pacífico. E vê seu opositor

como inimigo da liberdade, materialista, orgulhoso, utópico e violento. Por isso, o empresário representa a ordem e a justiça, ao passo que seus opositores representam o terrorismo e a anarquia.

Como a história mundial é um juízo final para toda metafísica empresarial, seus opositores recebem os frutos amargos que a própria realidade lhes oferece. O empresário, com suas virtudes do mercado, é brindado pela natureza com um milagre econômico. Mas seu opositor é brindado com o caos.

Na visão da metafísica empresarial, esse caos é tão metafísico quanto o milagre econômico. Da mesma forma que o milagre econômico é uma secularização do "céu" religioso, o caos é uma secularização do "inferno" da tradição religiosa. Assim, o empresário está sob a proteção de Deus e seu opositor sob a proteção do diabo. Ao enfrentar o seu opositor, o empresário se vê vivendo o confronto entre Deus e o diabo. É por isso que a metafísica empresarial fala tanto do exorcismo quando se refere a seus opositores.

"Cabe-nos viver em uma época em que o mundo inteiro se debate em uma aberta luta entre a ordem, a legalidade e a justiça, por um lado, e o terrorismo, a anarquia e os sentimentos mais desumanos, por outro lado..." (*Prensa Gráfica*, El Salvador, 20-5-78).

Os empresários sempre vinculam o pólo do "terrorismo, da anarquia e dos sentimentos mais desumanos" ao utópico:

"...palavras demagógicas, que oferecem aos nossos trabalhadores paraísos impossíveis de obter e os induzem à ruptura da paz social por meios violentos" (*ibidem*, os grifos são nossos).

Os opositores são denunciados como "hordas que pretendem levá-lo (o operário) à sua própria destruição", "perturbadores da ordem", que "fizeram da violência sua norma de conduta".

"É evidente que essa liberdade seria aniquilada por um rigeme opressivo e coletivista, que se faz chamar pomposamente de 'mundo novo' ou 'nova sociedade'" (*ibidem*).

A percepção metafísica do opositor, porém, pode passar desse maniqueísmo estrito para a censura da blasfêmia:

“(Eles estão) em desafio aberto à autoridade terrena e em posição de desrespeito e violação à nossa Constituição Política e demais leis, *chegando ao extremo de dar interpretações teológicas a leis humanas (ibidem, os grifos são nossos)*).

Essas “leis humanas” às quais os opositores dão “interpretações teológicas” — interpretações que, na ótica da metafísica empresarial, constituem verdadeiras blasfêmias — são aquelas leis que a tradição aristotélico-tomista chama precisamente de “direito natural”, relacionando-se com a satisfação das necessidades básicas como direito do homem.

Ora, a metafísica empresarial tem outra natureza, a das mercadorias, do dinheiro e do capital. E, evidentemente, a interpreta em termos teológicos como verdadeira natureza divina. Mas a metafísica empresarial não considera essa “natureza” como produto humano, nem suas leis como leis humanas. Por isso, sente-se absolutamente legítimo ao divinizá-las. Elas constituem o grande objeto de sua devoção.

Em contrapartida, aquela natureza concreta e material, da qual vive o homem concreto e a qual tem de proteger para poder viver dela, é vista pela metafísica empresarial como um âmbito de leis humanas cuja interpretação teológica é considerada escândalo e blasfêmia.

A crítica que citamos dirige-se contra a teologia da libertação. E o escândalo percebido pela metafísica empresarial está no fato de que a liberação dos preços e das empresas foi substituída pela libertação dos homens. Por isso, no próprio campo religioso, ela levanta a censura do orgulho, pois tal teologia estaria se erguendo não somente contra a “autoridade terrena”, mas também contra o próprio Deus.

Pela ótica da metafísica empresarial, quem se levanta contra as relações mercantis do dinheiro e do capital — e, portanto, quem afirma o homem concreto, com seu direito ao trabalho, ao pão e à moradia — está se levantando contra o próprio Deus. Deus e o capital estariam de um lado, o homem concreto e necessitado e o diabo

estariam do outro. Essa é a visão máxima da metafísica empresarial.

Nessa polaridade metafísica, a reação do empresário aparece como algo inevitável. É uma reação contra os "Cains contemporâneos", que constituem um "vivo exemplo de insensatez e da falta de sentimentos humanos por parte daqueles que depois *pretendem se escudar em direitos que eles mesmos pisoteiam e destroem*" (*ibidem*, o grifo é nosso).

Ou seja, nenhuma liberdade para os inimigos da liberdade, nenhum direito humano para os inimigos dos direitos humanos. Quem não quer a liberação dos preços e das empresas não quer a liberdade nem os direitos humanos. Assim, quando se lhe nega a liberdade e o reconhecimento dos direitos humanos, se está lhe dando exatamente aquilo que deseja. E, tendo o que deseja, de fato ele é livre.

Como tal pessoa não quer a liberdade — que deriva da liberdade dos preços —, obtém o que deseja quando se lhe nega a liberdade. É por isso que, na sociedade burguesa, todos são livres sempre, tanto os cidadãos reconhecidos como os perseguidos, tanto os ricos como os pobres. Essa invocação da liberdade — um verdadeiro "chamado da selva" — incita o metafísico empresarial a sair.

"do campo lírico da conversação para penetrar no campo da ação... Demonstramos com fatos que o regime de livre empresa sabe responder ao desafio das inquietudes da época em que vivemos!" (*ibidem*).

A idolatria empresarial: o fetiche

Exceto para a própria metafísica empresarial, está sobejamente claro que essa metafísica constitui uma grande idolatria, precisamente no sentido em que essa palavra é usada na tradição bíblica. Aludindo a esse fato, Marx a considera "fetichismo". Trata-se da submissão do homem e de sua vida concreta ao produto de suas próprias mãos, com a conseqüente destruição do próprio homem pela relação que ele estabelece com o ídolo. Nesse sentido, todo ídolo é um Moloc que devora o homem. O ídolo é um "deus" ligado à opressão.

No entanto, há agora um elemento novo que é muito importante. A metafísica empresarial refere-se a um objeto de devoção que é certamente produto humano. Contudo — e aí reside a diferença em relação à idolatria conhecida na Bíblia —, esse produto humano transformado em objeto de devoção é um produto humano *não-intencional*. Ele não é, em sentido literal, um produto da *ação*, mas sim da *interação* humana. É um modo de os homens se inter-relacionarem.

Por isso, o ídolo da metafísica empresarial é invisível, o que o distingue do ídolo bíblico, feito de elementos da natureza concreta e portanto visível, imagem concreta. Em sua forma de produto não-intencional da interação humana, o ídolo empresarial é fetiche.

Dado esse caráter invisível e não-intencional, a idolatria empresarial tem podido absorver muitos elementos centrais da própria tradição cristã, transformando-os em elementos do fetichismo. E, no conjunto de suas ramificações, chega a dar a impressão de uma verdadeira inversão do cristianismo.

A partir da metafísica empresarial surge um conceito de natureza cujo único obstáculo é o homem que manifesta suas necessidades e reivindica a natureza concreta como âmbito e condição de sua vida concreta. O homem concreto aparece como o grande antípoda de uma divindade da metafísica empresarial que outra coisa não é do que a simples sublimação do dinheiro, do mercado e do capital, em função dos quais a empresa opera. É um deus dos poderosos que subjuga os homens.

Diante desse fetiche, cabe a reivindicação da crítica bíblica à idolatria e o conseqüente discernimento dos deuses. Na tradição bíblica, o verdadeiro Deus é aquele cuja vontade é de que o homem concreto, com suas necessidades concretas, seja o centro da sociedade e da história. Ao competir com o homem, o ídolo compete com Deus. E se ergue como deus na medida em que transforma o homem em um ser depravado, cuja miséria é o caminho da grandeza desse deus. O Deus bíblico, ao contrário, está lá onde a sociedade e a história giram em torno do homem concreto e da satisfação de suas necessidades concretas.